



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº 10921.000648/2002-18
Recurso nº 134.363 Voluntário
Matéria II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Acórdão nº 302-40.024
Sessão de 10 de dezembro de 2008
Recorrente INTELBRAS S/A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
BRASILEIRA
Recorrida DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC

ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

Data do fato gerador: 14/10/2002

CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

Salvo disposições em contrário, as combinações de máquinas de espécies diferentes, destinadas a funcionar em conjunto e constituindo um corpo único, bem como as máquinas concebidas para executar duas ou mais funções diferentes, alternativas ou complementares, classificam-se de acordo com a função principal que caracterize o conjunto, inteligência da Nota 3, da Seção XVI da TEC.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Juarez Marcondes' or a similar variation.
JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO - Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mercia Helena Trajano D'Amorim' or a similar variation.
MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Corintha Oliveira Machado, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Marcelo Ribeiro Nogueira, Beatriz Veríssimo de Sena, Ricardo Paulo Rosa e Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

Relatório

A empresa acima identificada recorre a este Conselho de Contribuintes, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis/SC.

Por bem descrever os fatos, adoto integralmente o relatório componente da decisão recorrida, às fls. 90/91, que transcrevo, a seguir:

"A empresa acima qualificada, ao amparo da Declaração de Importação (DI) nº 02/0913273-0, registrada em 14/10/2002, submeteu a despacho as mercadorias descritas como "Identificador de chamadas – gôndola ID", nas cores pérola (P/N 1641824), grafite (P/N 1641832) e azul (P/N 1641816), classificando-os no código NCM 8517.80.00, próprio para Outros Aparelhos p/ Telefonia, Telegrafia e Telecomunicações, cuja alíquota do II, à época dos fatos geradores era de 19,00%.

Em função da conferência física e outros detalhamentos instituídos para identificação da mercadoria, a fiscalização entendeu que os produtos efetivamente importados referem-se a "5000 telefones com identificador de chamada embutido, podendo identificar as chamadas no visor do telefone".

Com base nessas informações e nas Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado nº 1 e 6 e Regras Gerais Complementares (RGC) nº 1 e o texto da posição 8517, a autoridade autuante concluiu que as mercadorias importadas deveriam ser classificadas no código NCM 8517.19.99, sujeitas à alíquota de II de 21,5%. Razão pela qual procedeu-se à lavratura do Auto de Infração de fls. 45 a 54 para exigência do crédito tributário no valor de R\$3.463,93, decorrente da diferença de Imposto sobre a Importação (II), acrescido multa de ofício (75%), juros de mora, além da multa proporcional ao valor aduaneiro (mercadoria classificada incorretamente na Nomenclatura Comum do Mercosul), no valor de R\$ 1.385,57.

Ciente da autuação, a interessada protocolou a defesa de fls. 68 a 75, acompanhada dos documentos de fls. 76 a 85, argumentando, em síntese, que:

- a) as mercadorias devem ser classificadas como efetivamente vem procedendo, ou seja, na NCM 8517.80.00, pois se tratam de identificadores de chamadas;*
- b) referida classificação fiscal foi adotada em diversas outras oportunidades sem que houvesse qualquer manifestação contrária por parte da fiscalização aduaneira;*
- c) em operação de importação diversa de produto idêntico ao ora questionado, o Instituto de Eletrônica de Potência, do Departamento de Engenharia Elétrica, da Universidade Federal de Santa Catarina, em resposta à solicitação de assistência técnica da Inspetoria da Receita*

Federal em Itajaí, descreveu a mercadoria com Identificadores de Chamada, conforme laudo em anexo;

d) a classificação dada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, quanto a produtos similares as mercadorias em apreço, para fins de incentivos da Lei de Informática, é idêntica à utilizada pela Impugnante;

e) o Decreto nº 3.801, de 20/04/2001, que regulamenta o § 1º do artigo 4º e o § 2º do artigo 16-A, da Lei nº 8.248, de 23/10/1991, em seu Anexo onde relaciona os bens de informática, expressamente exclui desta classificação, não considerando bem de informática os aparelhos classificados no código NCM 8517.19.9, evidenciando que a classificação pretendida pelo fisco não pode ser aplicada para as referidas mercadorias, vez que os modelos similares produzidos pela Impugnante não estariam abrangidos pelos incentivos da retrocitada norma legal;

f) pelas regras de classificação a serem aplicadas para as mercadorias em apreço, seja pela Regra 3 "a" ou 3 "b", as mercadorias devem ser classificadas na NCM 8517.80.00, primeiro porque é a classificação fiscal mais específica, segundo porque evidencia a característica essencial da mercadoria;

g) a Impugnante não tem qualquer benefício em enquadrar a mercadoria da forma como procedeu, uma vez que no código tarifário NCM 8517.80.00 o montante de tributos federais a recolher é superior àquele pretendido pela fiscalização;

h) é incabível, também, a exigência de penalidade em face da não ocorrência de qualquer fato que possa ser tipificado como declaração inexata, vez que a classificação tarifária adotada pela Impugnante está correta, como acima salientado, e o produto restar descrito pelo seu nome comercial;

i) da mesma forma improcede a exigência da penalidade prevista no artigo 84, inciso I, da Medida Provisória nº 2.158/01, sob a alegação de ter ocorrido erro de classificação fiscal da mercadoria submetida a despacho aduaneiro, vez que a muito se pacificou o entendimento sobre tal questão, conforme pode ser constatado pelo teor do Ato Declaratório Normativo Cosit nº 29/80.

Ao final, a Impugnante requer seja dado provimento a presente impugnação, para que o Auto de Infração seja julgado insubstancial. Solicita, ainda, a produção de prova pericial a ser designada pela autoridade julgadora, conforme estabelece a legislação de regência, a fim de dar concretude ao anteriormente exposto, não pairando dúvidas acerca da classificação fiscal das referidas mercadorias.

Conforme o expediente de fls. 87, o processo foi encaminhando a esta delegacia para prosseguimento.

Este é o Relatório. Passo ao Voto."

O pleito foi julgado procedente, no julgamento de primeira instância, nos termos do Acórdão DRJ/FNS nº 6.928, de 04/11/2005, às fls. 88/94, proferida pelos membros da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis/SC.

Inconformado o interessado apresenta recurso voluntário, tempestivamente, às fls.106/115.

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até a fl. 130 (última), que trata do trâmite dos autos no âmbito deste Conselho.

Através da Resolução de nº 302.01439, às fls. 131/135, foi convertido o julgamento em diligência à repartição de origem, para que se intimasse a fiscalização a se pronunciar sobre o laudo anterior referido pela recorrente (fl. 115 do RV apresentado) e quem providenciou o laudo técnico de fl. 13 e prospectos às fls.14/43.

Consta, nos autos, à fl. 135, resposta dos questionamentos ora apresentados.

O processo foi redistribuído a esta Conselheira para prosseguimento.

É o relatório.

Voto

Conselheira Mércia Helena Trajano D'Amorim, Relatora

O presente recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, razão por que dele tomo conhecimento.

O cerne da questão é a classificação tarifária dos produtos descritos como “*Identificador de chamadas – gôndola ID*”.

O contribuinte classificou com o código NCM 8517.80.00.

Fisco, no código NCM 8517.19.99.

Texto do Código do contribuinte (8517.80.00):

8517 APARELHOS ELÉTRICOS PARA TELEGRAFIA, POR FIO, INCLUÍDOS TELEFÔNICOS POR FIO CONJUGADO COM APARELHO TELEFÔNICO PORTÁTIL SEM FIO E OS APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO POR CORRENTE PORTADORA OU DE TELECOMUNICAÇÃO DIGITAL; VIDEOFONES

8517.1 Aparelhos telefônicos; videofones:

8517.2 Telecopiadores (FAX) e teleimpressores:

8517.30 Aparelhos de comutação para telefonia e telegrafia

8517.50 Outros aparelhos, para telecomunicação por corrente portadora ou para telecomunicação digital

8517.80.00 Outros aparelhos

8517.90 Partes

Texto do Código do Fisco:

8517 [...]

8517.1 Aparelhos telefônicos; videofones:

8517.19 Outros

8517.19.9 Outros

8517.19.91 Não combinados com outros aparelhos

8517.19.99 Outros

De acordo com o laudo de fls. 13/14 e seu respectivo prospecto (fls. 15 a 42), apresenta uma série de funções, tais como a função de telefone, de identificador de chamadas

de agenda de telefones, de caixa postal e de discagem rápida, não obstante declaração de identificador de chamada.

Tem-se que a Nota 3 da Seção XVI, *verbis*:

“3. Salvo disposições em contrário, as combinações de máquinas de espécies diferentes, destinadas a funcionar em conjunto e constituindo um corpo único, bem como as máquinas concebidas para executar duas ou mais funções diferentes, alternativas ou complementares, classificam-se de acordo com a função principal que caracterize o conjunto.” (sublinhei)

Pois bem, não obstante a recorrente sustentar que o aparelho seria um identificador de chamadas telefônicas; no entanto, os componentes eletrônicos referentes ao identificador de chamadas serem a parte principal em termos de complexidade e de desenvolvimento tecnológico, eles não necessariamente irão representar a principal função que referido aparelho executa.

A Nota 5 “E” do Capítulo 84 define que as máquinas com função própria e que incorporem uma máquina automática de processamento de dados devem ser classificadas na posição correspondente à sua função.

Observa-se que, apesar de o identificador de chamada e a agenda serem tecnologicamente mais complexos, a função principal é a pelo telefone, pois é ele que cumpre a principal atividade para quem utiliza o aparelho. O identificador de chamada e a agenda fornecem funções complementares ao uso do aparelho, ou seja, identificam quem liga para essa linha e facilitam a discagem a partir dele.

Ratificando, ainda, as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado/NESH, que se constituem elemento subsidiário para a interpretação do Sistema Harmonizado, referentes à posição 85.17, citam a possibilidade de os aparelhos telefônicos poderem incorporar alguns dispositivos, *in verbis*:

“Entre os outros dispositivos que às vezes fazem parte dos aparelhos telefônicos, podem citar-se os que permitem guardar em memória um número de chamada, interromper uma conversação sem cortar a linha, para estabelecer comunicação com uma outra linha, ou ainda os que permitem ligar com outras linhas para escutar conversações, e tomar parte nelas ou, se for o caso, interrompê-las, etc.” [...]

“Classificam-se aqui os aparelhos telefônicos de qualquer tipo, incluídos aqueles aos quais se incorporam um aparelho telefônico (que possui um seletor e um transmissor-receptor) e um dispositivo que assegura a transmissão de uma mensagem gravada e, às vezes, a gravação de uma chamada.” (sublinhei)

Por todo o exposto, ressalto, ainda, que a fiscalização realizou teste e constatou que se tratava de aparelho telefônico, por executar chamadas, tendo como diferencial a função de identificar as chamadas dentre outras funções, e apesar da complexidade desse recurso ser superior, este não apresenta a principal função; logo, deve ser o mesmo classificado no código NCM 8517.19.99.

Por derradeiro, cabe a exigência da penalidade prevista no art. 84, I, da Medida Provisória nº 2.158, de 2001, haja vista a ocorrência de erro de classificação fiscal da mercadoria submetida a despacho aduaneiro, por conta da ocorrência da declaração inexata.

Destarte, concluo que o Acórdão de primeira instância tratou corretamente a matéria, não merecendo qualquer reparo.

Por todo o exposto e por tudo o mais que do processo consta, nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2008


MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora